



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO
DIRETORIA-GERAL
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
SEÇÃO DE DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO SUSTENTÁVEL

PROCESSO Nº 2021.0.000000242-3

ATA DE REUNIÃO DEZEMBRO/2021

Data	3/12/21
Local	ZOOM Meeting
Início	16:00
Fim	19:30

1. Participantes.

Nome	Unidade
Adriana Freitas Brandão Correia	Diretora Geral e Presidente da Comissão Gestora do PLS
Robson Alves de Oliveira Sobrinho	Coordenador de Planejamento Estratégico
Eduardo Piracuruca Baptista	ODPLS1 - SEALMO
Fabiano Freitas Barbosa	ODPLS1 - COLOG
Flavio Augusto Castanheira Celano	ODPLS2 - COSEG

Sonia Martins Fernandes	ODPLS3 - SESERG
Gisele Goneti de Lacerda	ODPLS4 - CSINT
Flávia Conceição de Lima Vidal	ODPLS5 - SESTSU
Francisco Nobre de Almeida Cunha	ODPLS7- CDESC
2. Convidados.	
Nome	Unidade
Fabio Galerani Rodrigues Alves	SSG
Moema Munck Ayres Pereira	SESTSU
Isabella Vitoria Abduche Feijo	SESTSU
Luciana de Andrade Lima Hazin Lamego	STI
Augusto Cesar Mazza Canedo dos Santos	SEDEST
Carolina Pereira de Oliveira	SEDEST

O Sr. Chefe da SECOMP, Felipe de Mello Santos, comunicou previamente sua ausência na reunião.

3. Pauta.

Desempenho do Tribunal no 3º trimestre de 2021, cronograma para 2022, alteração da composição da CGPLS e apresentação da minuta do novo PLS.

4. Descrição da Reunião.

A Sra. Chefe da SESTSU, Flávia Vidal, abriu a reunião, reforçando que foram feitas várias reuniões setoriais com cada coordenador de objetivo, sua equipe e a equipe da Sedest para a elaboração dos indicadores no novo PLS, e apresentou a pauta

Apresentação dos objetivos e desempenho do Tribunal no 3º Trimestre de 2021. Cronograma para 2022.

Observações relevantes:

Flávia Vidal iniciou a apresentação dos objetivos pelo **ODPLS 01** que trata de **consumo de insumos e materiais**, destacando a campanha de sensibilização "Retorno seguro e sustentável" que está sendo veiculada para manutenção de hábitos sustentáveis. Ressaltou também que os indicadores de papel, copos e impressões apresentaram desempenho

dentro do esperado.

Em seguida, abordou o **ODPLS 02, consumo de energia elétrica, água e telefonia**. Destacou a Campanha "Retorno seguro e sustentável", as reuniões com a SSG para tratar de unidades do Tribunal com consumo de energia elétrica acima do normal, a campanha a ser lançada para redução no consumo de energia, com base no do Decreto nº 10779/21, a construção do Painel de BI, para melhoria da gestão das contas de energia e água, o contato com empresa Júnior da UERJ para desenvolver projeto para economia de água, com reunião prevista para janeiro de 2022.

Flávio Celano acrescentou que há possibilidade de instalação, pela empresa de telemetria, de uma amostra de controle de telemetria na Sede para fins de avaliação.

Acerca de telefonia, Flávia Vidal destacou os avisos solicitando a desprogramação do sistema "SIGA ME" e atenção no uso do código correto da operadora em ligações de longa distância. Salientou, também, que estão em fase de estudo novos contratos de telefonia, incluindo a móvel e o projeto de VOIP. A expectativa é que já para o próximo ano haja redução nos custos de telefonia.

Sobre o **ODPLS 03, gestão de resíduos**, ressaltou o retorno à rotina de recolhimento de resíduos, que não haverá, no PLS novo, um indicador para lâmpadas, haja vista que, foi informado pela Semant, que no Tribunal há poucas lâmpadas fluorescentes, enfatizando sua substituição, dentro de um ano, pelas lâmpadas de LED, que não são potenciais contaminantes para o meio ambiente. Destacou, ainda, o andamento do projeto do PGRS que a Chefe da SESERG está coordenando com o professor da UERJ e a chamada pública compartilhada com a Rede ReciclaPorto, cujo termo de adesão já foi assinado e espera-se, para o início do ano que vem, o edital da chamada compartilhada para a coleta seletiva solidária.

Passando para **Sensibilização e Capacitação (ODPLS 05 e 07)**, destacou a regularidades de posts de campanhas de sensibilização no Instagram da Rede ReciclaPorto, em que cada semana são trabalhados temas de acordo com o calendário ambiental sob responsabilidade de um dos oito órgãos que compõe a Rede. Sobre Capacitação, foi oferecida a 2ª turma de "Ética e Cidadania Ambiental" e a finalização do Curso EAD "Guia de inclusão de critérios sustentáveis em contratações - contextualizando problemáticas e impactos ambientais", com a liberação já da 1ª turma. Destacou que o curso entrará, ano que vem, no calendário do PAC e deu detalhes do curso.

Acerca de **Qualidade de Vida (ODPLS 04)**, ponderou que, por ser um indicador anual, não haveria considerações sobre desempenho a serem feitas.

Sobre as **Contratações Sustentáveis**, ressaltou as alterações na forma de interpretar os critérios conforme discutido em reunião passada.

Passou-se ao **ODPLS 08**, que trata de **deslocamento de pessoal, bens e materiais**, ponderou que, conforme já destacado pelo Sr. Chefe da SECTRA, devido às eleições suplementares, à necessidade de adequação dos espaços de Tribunal por mudanças de layout devido à pandemia, bem como substituição das impressoras em diversas zonas eleitorais da capital pelas de serviço de outsourcing, o desempenho foi impactado. Alertou, também, que esse indicador será revisto no PLS novo.

Por fim, apresentou o **calendário para 2022** com as datas das análises dos objetivos no GERIR e inserção das variáveis e as datas das reuniões que serão quatro no mínimo.

Moema Munk acrescentou que o fechamento das variáveis - para aquelas fechadas com a data do dia 5 de cada mês - passará a ser no dia 10 de cada mês para ficar em compasso com as datas do Plano Estratégico.

Deliberação do Comitê Gestor do PLS:

Aprovação do calendário para 2022.

Prazo: Imediato

Responsável: SESTSU

Apresentação do novo PLS. Alteração da composição da CGPLS

Observações relevantes:

Flávia Vidal destacou que o **novo PLS** foi trabalhado com base na Res. CNJ nº 400/21, bem como na Res. CNJ nº 347/20, que trata da política de governança de contratações. Foram realizadas reuniões com os coordenadores de objetivos, com o apoio técnico da Sedest, para sua elaboração. Foram revisados indicadores e objetivos, metodologia de cálculo do IDPLS e metas. Estas foram revisadas pelos coordenadores de objetivos. Foi ressaltada a possibilidade de medição dupla para 2021, em janeiro de 2022; destacou a mudança das unidades de alguns indicadores trazidos pela Res. CNJ nº 400/21 e a necessidade de inserção no GERIR de uma fórmula de conversão das unidades em questão a fim de se preservar o histórico desses indicadores. Informou, também, que será criado o PDLS, Plano Diretor de Logística Sustentável, documento que abará as iniciativas relativas ao novo PLS, em construção a partir de janeiro de 2022. Foi apresentado o *redesign* da logomarca do PLS concebido pela SECAMP. Mantiveram-se os elementos principais, inserindo-se a figura do cérebro humano associada ao pensar de modo consciente. Destacou a revisão feita nos objetivos e indicadores, a nova nomenclatura e o novo objetivo criado para eleições. Informou que o objetivo de “insumos e materiais” passará a ser chamado “gestão sustentável de insumos e materiais”, abrangendo consumo de papel, copos e impressão por usuário; agrupou-se em um único objetivo os serviços de infraestrutura: energia água, telefonia, limpeza e transporte (quilômetro rodado). Mencionou que o objetivo qualidade de vida englobará indicadores novos como o de ações solidárias e o de diversidade e equidade em função da Res. CNJ nº 400/21 e que os indicadores

de sensibilização e capacitação foram juntados em um só objetivo, pois entendeu-se que havia intercessão entre ambos e facilitaria a análise. Ressaltou os dois novos indicadores do objetivo “contratações sustentáveis”, a saber, compras e contratações compartilhadas, em razão da Res. CNJ nº 347/20 e que o objetivo “eleições sustentáveis” foi incluído para fins de monitoramento do derrame de santinhos. Explicou sobre o peso dos indicadores e sua correlação ao modo de cálculo utilizado pelo CNJ para obter o IDS, e destacou que também foi feita a correlação com os ODS da ONU.

Robson Sobrinho, CPLAN, destacou a importância do objetivo “eleições sustentáveis” tendo em vista o desdobramento da sustentabilidade como articuladora da estratégia e de contratações, nos termos Res. CNJ nº 347/20 e o vanguardismo do TRE-RJ como o único Regional, até o momento, a apresentar esse objetivo e o indicador de sustentabilidade dentro de eleições.

No mesmo sentido, Flávia Vidal acrescentou que o PLS do TRE-RJ é o único a contemplar os indicadores de compras e contratações compartilhadas. Mostrou as fichas de todos os indicadores, explicado sobre os que compõem o PLS-JUD e o quadro de variáveis. Informou que a medição será feita nos termos da Res. CNJ nº 400/21 a partir de janeiro, haja vista que houve algumas alterações, dentre elas a retirada da variável papel reciclado.

Apresentou proposta sobre a nova **composição da CGPLS**. Abriu para consideração sobre a exclusão da SEGDOC da CGPLS, a pedido do Sr. Rodrigo Japiassu. Aberto para deliberação, a Sra. Diretora Geral, Adriana Brandão, concordou com o pedido, não houve oposição.

Flávia Vidal apresentou a composição da CGPLS, os temas e a coordenação dos objetivos, registrando que para o objetivo “contratações sustentáveis” a coordenação, está com a SECOMP, mas a SECCON também faz parte do mesmo. Flávia Vidal perguntou se estavam todos de acordo com o apresentado.

Flávio Celano ponderou que o PGRS ainda está em formulação. Há dificuldade de se compilar informações vindas de diversas áreas e que apenas uma Seção seria responsável por essa operacionalização. Registrou sua preocupação de não ter feedback da maneira adequada.

Adriana Brandão explicou que a implementação do PGRS é à nível estratégico e o que está se colocando aqui é apenas o responsável pelo objetivo dentro do PLS. Destacou que é uma novidade e por ser estratégico tem apoio da Administração, inclusive respaldo da CPLAN.

Sônia Fernandes, reiterou a dificuldade de uma Seção que não tem muita autonomia dentro do Tribunal gerindo o Projeto e salientou que muitas informações não são repassadas por outras unidades pois é uma Seção (a SESERG) que as está pedindo. Reiterou a necessidade de envolvimento da cúpula da Administração na implementação do Projeto e que esse também é o entendimento do Prof. Altino.

Adriana Brandão esclareceu que a implementação do Projeto é à nível institucional e que a gerente do Projeto é que é a chefe da SESERG. O respaldo necessário à operacionalização pela SESERG poderá vir da DG ou Presidência.

Robson Sobrinho reiterou que as comunicações que envolverem o Projeto poderão ser viabilizadas através da CPLAN.

Flávia Vidal passou à explicação sobre a metodologia de cálculo do IDPLS. Observou a necessidade de alinhamento ao

CNJ, pois no PLS vigente do TRE-RJ todos os indicadores têm o mesmo peso para cálculo do IDPLS. Explicou que o CNJ adota um sistema de pesos e tem um cálculo complexo para o IDS em que compara todos os tribunais, com ranking, o que conta para o prêmio de Qualidade. Informou que a SEDEST revisou a metodologia de cálculo para que houvesse aproximação à do CNJ, ponderando os pesos e buscando alinhamento àqueles utilizados pelo CNJ no cálculo do IDS, assim, diminuindo as discrepâncias.

O resultado foi uma aderência de 86.4% dos indicadores do IDPLS aos do IDS. Apresentou a distribuição de peso dos objetivos, os percentuais correspondentes no CNJ e PLS, destacando os valores bem aproximados. Reforçou que o indicador de equidade e diversidade não está na Res. CNJ nº 400/21, que ainda deverá ser definido no modelo do CNJ, mas já existe no PLS do Tribunal um indicador simples para articulação.

Robson Sobrinho ressaltou o esforço que está sendo feito para que o trabalho desenvolvido dentro do Tribunal seja refletido externamente com os resultados projetados para a sociedade. Flávia Vidal prosseguiu apresentando novas metas para os indicadores propostas pelos coordenadores de objetivos, ressaltou que a SESTSU tentou não interferir, porém algumas precisaram ser ajustadas. Reforçou que não foram alterados valores, mas a forma como o desempenho será visualizado em razão do limite de desempenho do GERIR. As metas da maneira que foram propostas estavam com variação pequena fazendo com que tudo estivesse sendo mantido no verde. A solução foi apresentar os indicadores em percentual de redução. Assim, teremos um resultado mais próximo da realidade para papel, copo, energia, água e telefonia. Limpeza é apresentada em percentual de manutenção de valores e não de redução. Flávia Vidal fez um alerta de que as metas propostas não têm potencial para a melhoria no IDS, pois são conservadoras. O *gap* para os outros Tribunais é grande e com metas conservadoras não se consegue avançar, destacou a importância da comparação feita com os outros Tribunais e que o IDS conta pontos para o prêmio da Qualidade. Propôs então que seja feita revisão em 2022 para estabelecer novas metas para 2023 em função do desempenho que alcançarmos. Ressaltou ainda que as iniciativas é que serão determinantes para o alcance de resultados e não as metas em si, pois dependendo das ações que realizarmos é possível superar as metas propostas.

Robson Sobrinho mencionou que o TRE-RJ está na 26ª colocação do ranking do IDS e Flávia Vidal complementou que o TRE-AM ficou em 27º porque não havia mandado os seus resultados.

Fábio Galerani, reiterou que esse desempenho não se deve apenas ao consumo *per se*. Alguns cálculos estão sendo revisados e a SEPROJ já identificou diferenças na área (m2), o que irá alterar o cálculo de consumo. Reforçou que já havia ponderado com o Sr. Coordenador da CPLAN que, antes de se mexer nas metas, seria necessário observar como as coisas irão se comportar, haja vista a revisão de cálculo.

Robson Sobrinho concordou e acrescentou que a correção de dados poderá calibrar de modo mais certo as metas.

Galerani concluiu ponderando que informações colhidas com outros Regionais poderiam esclarecer eventuais distorções entre o TRE-RJ e outros tribunais.

Robson Sobrinho concordou, acrescentando que já está fazendo contato com outros Tribunais. Flávia Vidal retomou a palavra para apresentar detalhadamente cada um dos objetivos e indicadores. Iniciou pelo objetivo “gestão sustentável de insumos e materiais”. Comunicou que o indicador de papel será informado em percentual de redução de consumo per capita. Apresentou o histórico do indicador e as metas até 2026. Passou para o indicador de copos descartáveis que será informado em percentual de redução do consumo médio mensal. Seguiu com o indicador “impressões por usuário” que não teve sua fórmula de cálculo alterada. Destacou que as metas são diferenciadas para anos eleitorais e não eleitorais. Lembrou que com o objetivo “gestão sustentável de insumos e materiais” pretende-se reduzir o consumo e os gastos com papel, copos descartáveis e recursos destinados à impressão. Passou à apresentação do objetivo “gestão sustentável de serviços de infraestrutura” destacando a busca pela eficiência e economia e os padrões de sustentabilidade que devem ser seguidos. O indicador de consumo de energia elétrica será apresentado em percentual de redução de consumo em relação à área total do Tribunal. Reforçou que para todos os indicadores de redução foi estabelecido período de referência, a saber, o período eleitoral como base de referência o ano de 2018 e o período não eleitoral, 2019. Ressaltou, ao falar sobre o indicador de energia, que optou-se por colocar na série história e nas metas a média mensal ao invés dos valores acumulados, por uma questão técnica do próprio Sistema GERIR. Comunicou que o indicador de consumo de água será informado à semelhança do de energia, isto é, percentual de redução. Apresentou a série histórica e metas. Passou para telefonia, destacando que houve alterações devido à transformação que ocorrerá no processo de contratação de telefonia do Tribunal. O indicador será informado em percentual de redução tendo como variáveis o custo da telefonia fixa, móvel, PABX e VOIP, este último futuramente. Esclareceu que esse indicador começará a ser medido apenas no 2º semestre de 2022 para fins de ajustes. Seguiu com o indicador de custos de serviço de limpeza, destacando

ser este um indicador novo no PLS do Tribunal e que a proposta é a limitação dos gastos com serviço de limpeza por metro quadrado em 7% ao ano até 2026. Passou para o novo indicador de racionalização de custo do quilômetro rodado, que substituiu o de combustível por atendimento, frisou que a medição do quanto é gasto por quilômetro rodado é apenas uma estimativa e não uma medição precisa. Continuou, ainda dentro do mesmo objetivo, apresentado o indicador de “reformas e construções” e “vigilância”. Esclareceu que não há metas para o indicador; que após conversa com o Moisés chegou-se à conclusão que estabelecer metas é difícil, haja vista que já houve cortes, a exemplo da vigilância armada que foi extinta.

Flávio Celano ponderou que esse indicador de transportes dará noção genérica da situação, porém a situação real só será conhecida analisando-se os dados detalhadamente.

Flávia Vidal seguiu apresentando o objetivo “gestão de resíduos”. Mencionou que havia o indicador de descarte de papel, mas que este apresentava distorções. Agora haverá um indicador para o monitoramento da implementação do Plano de Gestão de Resíduos Sólidos, que será medido a partir de 2023 (referente ao 2º semestre de 2022). A ideia é que se tenha medição qualitativa dos tipos de resíduos descartados com destinação adequada no horizonte do plano (2026). Sobre o indicador resíduos de impressão (toners), informou que este foi mantido. Flávia Vidal passou para o objetivo “qualidade de vida”, que compreende três indicadores. Os indicadores “participação em qualidade de vida” e o indicador “ações solidárias” estão seguindo exatamente a mesma fórmula do CNJ. Esclareceu, ainda, como foram calculadas as metas destes dois indicadores. Por fim, acrescentou que o indicador “equidade e diversidade” é um indicador simples, meramente para coleta de informações. Convidada a se manifestar, a Sra. Chefe da CSINT nada teve a acrescentar. Flávia Vidal seguiu para o objetivo “sensibilização e capacitação para sustentabilidade”, acrescentou que busca-se também realizar comunicação das ações de sensibilização para o público externo, sendo o que tem sido feito com as publicações nas redes sociais tanto da Rede Reciclaporto quanto nas próprias redes do Tribunal. Explicou que o indicador de capacitação não está igual ao do CNJ, devido à necessidade interna de se capacitar grupos específicos de servidores. Convidado a se manifestar, o Sr. Chefe da SEDCOR nada teve a acrescentar. Flávia Vidal seguiu com o objetivo “contratações sustentáveis”, reforçou que o objetivo atende às Res. CNJ nº 400/21 e nº 347/20. Acrescentou que os indicadores de compras e contratações sustentáveis são 2 indicadores novos na Res. CNJ nº 400/21, mas que já estavam no nosso PLS. Salientou que as metas para os outros 2 indicadores, referentes a compras e contratações compartilhadas, ainda serão definidas, por se tratarem de processos novos para o Tribunal. Por fim, apresentou o objetivo “eleições sustentáveis”, com o indicador criado para supervisionar a prática de derrame de santinhos, salientando que nos municípios no interior essa prática é frequente. Não foram definidas metas para o indicador, pois será observada a prática de derrame de santinhos nas eleições de 2022.

Adriana Brandão levantou considerações acerca do indicador questionando sua pertinência haja vista tratar-se de um indicador que não mediria exclusivamente os esforços de sensibilização do Tribunal, mas dependeria da ação de terceiros (candidatos). Perguntou como seria feita a medição.

Flávia esclareceu que o importante para a questão da sustentabilidade é se os locais estão sujos ou limpos e a medição será realizada através de questionário respondido por cada administrador de prédio e devolvido ao respectivo Cartório Eleitoral.

Adriana Brandão concordou, destacando a importância desse indicador dentro do PLS.

Em seguida, Robson Sobrinho reiterou a importância desse objetivo de Eleições Sustentáveis. Sonia Fernandes acrescentou que o derrame não só ocorre na frente do local de votação, mas em locais difusos ao longo das vias públicas.

Ao final da reunião, Flávia Vidal colocou para aprovação o PLS. Após a aprovação, agradeceu a todas e a todos o empenho no processo de construção do PLS.

Sonia Fernandes pediu que o calendário fosse disponibilizado e Flávia Vidal informou que ele será enviado por e-mail.

Adriana Brandão parabenizou o trabalho de todas e todos e Flávia Vidal deu por encerrada a reunião.

Errata da apresentação de fichas de indicadores:

No momento de apresentação da ficha de resíduos houve equívoco e o material apresentado estava desatualizado, tendo sido posteriormente à reunião detectado. No entanto, na minuta do PLS constante

no processo 2021.0.000048884-9 consta a ficha correta.

Deliberação do Comitê Gestor do PLS:

Aprovação da minuta do PLS 2021-2026 e da nova constituição da CGPLS.

Prazo: Imediato

Responsável: SESTSU

MOEMA MUNCK AYRES PEREIRA

CHEFE DA SEÇÃO DE DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO SUSTENTÁVEL EM SUBSTITUIÇÃO



Documento assinado eletronicamente em 17/12/2021, às 16:23, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

FLAVIA CONCEICAO DE LIMA VIDAL

CHEFE DA SEÇÃO DE DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO SUSTENTÁVEL



Documento assinado eletronicamente em 07/01/2022, às 13:14, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

FABIANO FREITAS BARBOSA
COORDENADOR(A) DE LOGÍSTICA



Documento assinado eletronicamente em 07/01/2022, às 16:27, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

LUCIANA DE ANDRADE LIMA HAZIN LAMEGO

ASSISTENTE DE PLANEJAMENTO DA SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



Documento assinado eletronicamente em 07/01/2022, às 17:43, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

FRANCISCO NOBRE DE ALMEIDA CUNHA
MEMBRO DA COMISSÃO



Documento assinado eletronicamente em 10/01/2022, às 12:14, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

FABIO GALERANI RODRIGUES ALVES
SECRETÁRIO(A) DE MANUTENÇÃO E SERVIÇOS GERAIS



Documento assinado eletronicamente em 10/01/2022, às 14:06, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

ROBSON ALVES DE OLIVEIRA SOBRINHO
COORDENADOR(A) DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO



Documento assinado eletronicamente em 11/01/2022, às 15:00, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

FLAVIO AUGUSTO CASTANHEIRA CELANO
MEMBRO DA COMISSÃO



Documento assinado eletronicamente em 28/01/2022, às 17:52, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

CAROLINA PEREIRA DE OLIVEIRA
TÉCNICO JUDICIÁRIO



Documento assinado eletronicamente em 28/01/2022, às 17:58, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

AUGUSTO CESAR MAZZA CANEDO DOS SANTOS
CHEFE DA SEÇÃO DE INTELIGÊNCIA DE DADOS ESTRATÉGICOS EM SUBSTITUIÇÃO



Documento assinado eletronicamente em 07/02/2022, às 12:08, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

EDUARDO PIRACURUCA BAPTISTA
CHEFE DA SEÇÃO DE ALMOXARIFADO



Documento assinado eletronicamente em 07/02/2022, às 18:22, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

CLAUDECI ELIAS SIQUEIRA DE OLIVEIRA
CHEFE DA SEÇÃO DE INTELIGÊNCIA DE DADOS ESTRATÉGICOS



Documento assinado eletronicamente em 10/02/2022, às 11:58, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

ISABELLA VITORIA ABDUCHE FEIJO
ANALISTA JUDICIÁRIO



Documento assinado eletronicamente em 10/02/2022, às 13:32, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

ADRIANA FREITAS BRANDAO CORREIA
ANALISTA JUDICIÁRIO



Documento assinado eletronicamente em 10/02/2022, às 13:57, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

GISELE GONELI DE LACERDA
MEMBRO DA COMISSÃO



Documento assinado eletronicamente em 15/02/2022, às 14:25, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-rj.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2091231** e o código CRC **BC39DED3**. No momento só é possível efetuar a verificação de autenticidade através da rede interna do TRE-RJ.
